

Um novo mundo concebido pela linguagem: um olhar semiótico em “O Pequeno Príncipe”

*A new world conceived by language: a semiotic look
at "The Little Prince"*

Bruna Gracieli de Souza* e Maria Luceli Faria Batistote**

Resumo: Neste artigo, buscamos analisar alguns trechos da obra *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry, retirados da 44ª edição publicada em 1996 pela editora Agir, do Rio de Janeiro, narrativa na qual se examinam os componentes sintáticos e semânticos empregados na construção de um novo mundo. Esse espaço é concebido e desvendado pela linguagem e, permite verificar como os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos, tais como a *produção de sentido*, a *veridicção*, os *processos de manipulação* e os *valores inscritos nos objetos*, retratam a justaposição de um mundo real projetado em um mundo imaginário. As análises desenvolvidas a partir do arcabouço teórico-metodológico da semiótica proposta por Algirdas Julien Greimas (1966), justifica-se, dentre outros motivos, por destacar o caráter de *teoria do texto* e considerar o trabalho de construção do sentido como um *percurso gerativo*, simulacro metodológico do ato real de produção significativa, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto.

Palavras-chave: Semiótica. Linguagem. Efeitos de sentido.

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), bgsck_33@hotmail.com

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), marialucelifaria@gmail.com

Abstract: *In this article, we seek to analyze some excerpts from Antoine de Saint-Exupéry's The Little Prince, taken from the 44th edition published in 1996 by Agir, Rio de Janeiro, a narrative that examines the syntactic and semantic components used in the construction of a new world. This space is conceived and unveiled by language and allows us to verify how the effects of meaning fabricated by the chosen mechanisms, such as the production of meaning, veridiction, manipulation processes and the values inscribed in the objects, depict the juxtaposition of a real world Designed in an imaginary world. The analysis developed from the theoretical-methodological framework of the semiotics proposed by Algirdas Julien Greimas (1966), is justified, among other reasons, to emphasize the character of text theory and to consider the construction of meaning as a generative course, Methodological simulacrum of the real act of significant production, going from the simplest and abstract to the most complex and concrete.*

Keywords: *Semiotics. Language. Effects of sense.*

Notas introdutórias

A noção de texto traz, segundo Barros (1999, p.7-8), duas concepções: i) *objeto de significação*: exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam (análise interna), ii) *objeto de comunicação*: examinado em relação ao contexto sociohistórico que o envolve (análise externa). Nessa perspectiva, o texto só existe quando concebido na dualidade que o define; sendo, a semiótica, uma das teorias que procuram explicar o(s) sentido(s) do texto pelo exame, em primeiro lugar, de seu plano do conteúdo seja essa manifestação visual, gestual, verbal ou sincrética sob a forma de um percurso gerativo.

Segundo a autora (op. cit. p.16), os princípios semióticos de organização narrativa são apresentados em forma de narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos ou em narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos, entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos.

Nesse sentido, a linguagem como via de reprodução de ideias, valores, conhecimentos e forma de interação entre os sujeitos adota diversos recursos tais como as metáforas, isto é, comparações diretas em que o termo substitui outro pela semelhança (resultado da imaginação) e, também, o reconhecimento dos sentidos denotativo, resultado da união existente entre o significante e o significado, ou entre o plano de expressão e o plano do conteúdo; e, ainda, conotativo, resultado do acréscimo de outros significados paralelos ao significado de base da palavra, ou seja, um outro plano de conteúdo pode ser combinado ao plano de expressão das palavras e difere de uma cultura para outra, de uma classe social para outra, de uma época a outra.

Tendo por base a semiótica greimasiana que, dentre outros motivos, destaca-se pelo caráter de teoria do texto, analisar-se-á alguns aspectos da obra “O Pequeno Príncipe”. Para tanto, utilizar-se-á de fragmentos retirados da 44ª edição publicada em 1996 pela editora Agir, do Rio de Janeiro. Vale registrar que os recortes mencionados na análise dos textos verbais e não-verbais não obedece à ordem cronológica dos capítulos organizados por Exupéry, pois foram selecionados segundo o enfoque dado à parte da teoria semiótica, tais como a produção de sentido, a veridicção, os processos de manipulação e os valores inscritos nos objetos.

Um pouco de teoria

Sabendo-se que a linguagem testemunha a história, os valores morais, as normas sociais e a imagem de mundo que cada indivíduo constrói, a partir da realidade que o cerca, a linguística ocupou-se por muito tempo de uma teoria da língua e da linguagem tomando por objeto unidades da dimensão máxima da frase. Cabe, então, destacar o fato das questões de uso da língua ou as implicações do contexto social e histórico dos falantes adquirirem relevância com o ressurgimento dos estudos semânticos e, dentre as ciências que se ocupam do estudo da significação, destaca-se a semiótica.

Embora haja para o estudo desta teoria várias correntes, destacamos a de A. J. Greimas (1917-1992), cujo trabalho direciona-se respaldado em

algumas contribuições de Saussure e Hjelmslev. Nessa perspectiva, a enunciação é a instância da mediação que produz o discurso, ou seja, que realiza a passagem das estruturas semióticas narrativas às estruturas discursivas (BARROS, 2002, p.3).

Segundo essa semioticista (op. cit, p.13), a semiótica caracteriza-se por:

- Construir métodos e técnicas adequadas de *análise interna*, procurando chegar ao sujeito por meio do texto;
- Propor uma *análise imanente*, ao reconhecer o objeto textual como uma máscara, sob a qual é preciso procurar as leis que regem o discurso;
- Considerar o trabalho de construção do sentido, da imanência à aparência, como um *percurso gerativo*, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em que cada nível de profundidade é passível de descrições autônomas;
- Entender o percurso gerativo como um *percurso de conteúdo*, independente da manifestação, linguística ou não, e anterior a ela.

Ressaltamos que nessa perspectiva teórica, a verdade encontra fundamento no conceito de veridicção, uma espécie de contrato entre o enunciador e o enunciatário do discurso enunciado, independentemente de qualificarem-se como autor e leitor reais, já que se trata de algo interno ao texto:

A “verdade”, para ser dita e assumida, tem de deslocar-se em direção às instâncias do enunciador e do enunciatário. Não mais se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido “verdade”: desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo. Exercido pelo enunciador, o fazer persuasivo só tem uma finalidade: conseguir a adesão do enunciatário (GREIMAS & COURTÉS, 1979, p. 487).

As modalidades veridictórias articulam-se como categoria modal, em /ser/ vs./parecer/. Dessa forma, a modalização do ser, isto é, a relação do sujeito com seu objeto pode estabelecer-se pode ser considerada verdadeira, falsa, mentirosa ou secreta. Assim, quando o sujeito, suas ações e valores

Nessa obra, percebe-se vários momentos evidenciando tal situação. No primeiro encontro, o sujeito piloto é manipulado pelo garoto por sua condição de “aparição” para desenhar um carneiro:¹

Quando o mistério é muito impressionante, a gente não ousa desobedecer (p.10).

A manipulação, porém, parece não ser bem sucedida, pois o piloto crê que os dois únicos desenhos que sabia (o da jiboia e o do elefante) serviria ao garoto.

O pequeno juiz, além do fazer persuasivo, realiza, também, por sua vez, um fazer interpretativo. Ele julga o estado resultante da ação do homem:

Não! Não! Eu não quero um elefante numa jibóia. A jibóia é perigosa e o elefante toma muito espaço. Tudo é pequeno onde eu moro. Preciso é dum carneiro. Desenha-me um carneiro (p.12).

Observando a postura do piloto, o menino, por meio da intimidação (dever-fazer), reforça seu pedido que é prontamente atendido pelo manipulado:

Então eu desenhei (p.12).

Na certeza (crer-ser) de finalmente atender à exigência do garoto, ele mostra o desenho. O observador julga verdadeiro ou não o resultado.

Não! Esse já está muito doente (p.12).

Crê que seja um carneiro, porém, não o desejado:

Desenha outro (p.12).

No papel de destinador-julgador, a criança interpreta a segunda figura como mentirosa (parece mas não é) e, a partir daí, como falso (não parece e não é).

Bem vê que isto não é um carneiro. É um bode... Olhe os chifres...(p.12).

O terceiro desenho, também foi recusado e, assim como o primeiro, foi visto como carneiro (parece e é), no entanto, ainda, argumenta:

Este aí é muito velho. Quero um carneiro que viva muito (p.12).

¹ Importa destacar que após os recortes, seguem as páginas da obra em estudo.

Perdendo a paciência, o homem desenha então uma caixa e arrisca:

Esta é a caixa. O carneiro está dentro (p.12).

Para ele, foi apenas mais uma tentativa. Na sua concepção era um falso (não parece e não é) carneiro. Contudo, o pequenino diz:

Era assim mesmo que eu queria! Será preciso muito capim para o carneiro? (p.13)

E, dessa forma, declara, a partir do estado de ruptura e vida do animal antes secreto (não parece e é) dentro da caixa, sua “real” existência, a verdade (parece e é).

Barros (1999, p.28) destaca a diferença entre as ações do sujeito e do destinador: o sujeito transforma estados, *fazer-ser* e simula a ação do homem sobre as coisas do mundo; enquanto o destinador modifica o sujeito por suas determinações semânticas e modais, e *faz-fazer* representando, assim, a ação do homem sobre o homem.

No episódio descrito no capítulo X, em que o *pequeno príncipe* visita um asteróide habitado por um rei são visíveis as diferenças entre as ações do manipulador e do manipulado apontadas acima:

Ah! Eis um súdito, exclamou o rei ao dar com o príncipezinho (p.35).

Desde o primeiro contato, o sujeito já explicita sua superioridade perante o garoto ao chamá-lo de “súdito” que para o rei é uma verdade (parece e é) já que

(...) para os reis, o mundo é muito simplificado. Todos os homens são súditos (p.35).

Vale ressaltar que no processo de manipulação, o destinador propõe um contrato e, por meio da persuasão, o destinatário é colocado em posição de não-poder-não-aceitar o contrato proposto. Ao bocejar por cansaço, o príncipezinho é advertido pelo rei:

É contra a etiqueta bocejar na frente do rei, disse o monarca. Eu o proíbo (p.35).

O destinatário-sujeito, ainda confuso argumenta:

Não posso evitá-lo (...) fiz uma longa viagem e não dormi ainda... (p.35)

Provavelmente, por julgar falsa (não parece e não é) a autoridade do rei. O que leva o monarca a argumentar:

Então, disse o rei, eu te ordeno que bocejes. Há anos que não vejo ninguém bocejar! Os bocejos são uma raridade para mim. Vamos, boceja! É uma ordem! (p.35)

Nesse caso, observa-se a manipulação por intimidação implícita, notável perante o tom de voz e a própria condição do sujeito. O monarca ao impor seu desejo leva o pequeno príncipe a perceber que, de fato, exerce poder supremo.

Porque o rei fazia questão fechada que sua autoridade fosse respeitada; não tolerava desobediência. Era um monarca absoluto. Mas, como era bom, dava ordens razoáveis (p.36).

Por meio da linguagem, produz-se o sentido de ser rei. Para assegurar tal poder, ocupa-se da estratégia de exigir somente o possível sob o pretexto de que é bom.

É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar, replicou o rei. A autoridade repousa sobre a razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance ao mar, farão todos revolução. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis (p.38).

Um pouco aborrecido, o príncipezinho diz:

Não tenho mais nada que fazer aqui, (...) vou prosseguir minha viagem (p.39).

Em resposta ao anúncio de sua partida, o rei tenta, então, manipular o garoto:

Não partas, respondeu o rei, que estava orgulhoso de ter um súdito. Não partas: eu te faço ministro! (p.39).

Propondo-lhe um contrato por tentação, isto é, caso fique, o fará ministro e isso lhe concederá grandes poderes e autoridade; o rei tenta convencê-lo a

ficar. No entanto, para o príncipe (que não crê naquilo como valor) a oferta não é interessante, pois

Não há ninguém a julgar! e ainda (...) eu posso julgar-me a mim próprio em qualquer lugar. Não preciso, para isso, ficar morando aqui (p.39).

Dessa forma, o destinatário-julgador interpreta como verdadeiro o poder a ele atribuído, mas, julga mentiroso (parece, mas não é) o fato de precisar permanecer no asteróide para exercê-lo.

Apoiando-se num dos argumentos dados pelo monarca para reafirmar sua soberania, o pequeno príncipe como na situação em que o feitiço virou contra o feiticeiro para não afligir o velho, declara:

Se Vossa Majestade deseja ser prontamente obedecido, poderá dar-me uma ordem razoável. Poderia ordenar-me, por exemplo, que partisse em menos de um minuto. Parece-me que as condições são favoráveis... (p.40).

Desta vez a manipulação por provocação é determinante, embora o rei, para não voltar atrás, numa última tentativa, ao vê-lo partir, grita:

Eu te faço meu embaixador (...) (p.40).

O julgamento é resultado da transformação de um estado de crença em outro de veridicção. Para que esta se concretize, o sujeito que interpreta e julga realiza uma operação de reconhecimento da verdade, ou seja, compara e identifica o que lhe é apresentado pelo sujeito do fazer persuasivo com aquilo que já sabe e crê. Trata-se de verificar a adequação do novo e desconhecido a um fragmento do universo cognitivo de quem julga. Reconhecendo ou não a adequação, o sujeito tem livre arbítrio para aceitar ou recusar o que lhe é proposto (BARROS, 1999, p.58).

No quarto capítulo, o piloto descreve a situação em que um astrônomo turco ao fazer uma grande demonstração da sua descoberta num Congresso Internacional de Astronomia foi surpreendido pela reação do público:

(...) Mas ninguém lhe dera crédito, por causa das roupas que usava. As pessoas grandes são assim (p.17).

Nota-se que a crença está ligada ao estereótipo adotado como padrão para a sociedade e, como ele não sabe se vestir, logo, seu trabalho não merece credibilidade. Num primeiro momento o destinatário-julgador rejeita o desconhecido, mas, a decisão tomada pelo ditador turco, modifica sua postura:

Felizmente para a reputação do asteróide B 612, um ditador turco obrigou o povo, sob pena de morte, a vestir-se à moda européia. O astrônomo repetiu sua demonstração em 1920, numa elegante casaca. Então, desta vez, todo o mundo se convenceu (p.17).

Ao sofrer a manipulação por intimidação do ditador:

obrigou (...) sob pena de morte; (p.17).

O astrônomo muda o figurino, o que o leva a convencer as outras pessoas. Isso comprova que a verdade (parece e é) para o público está associada a estética e não ao discurso verbal que permaneceu o mesmo.

O autor ressalta que situações semelhantes ocorrem nas relações interpessoais:

(...) As pessoas grandes adoram os números. Quando a gente lhes fala de um novo amigo, elas jamais se informam do essencial. Não perguntam nunca: Qual é o som da sua voz? Quais os brinquedos que prefere? Será que ele coleciona borboletas? Mas perguntam: Qual é sua idade? Quantos irmãos tem ele? Quanto pesa? Quanto ganha seu pai? Somente então é que elas julgam conhecê-lo (p.17-18).

Resultado de um processo de amadurecimento, as pessoas grandes, diferentes das crianças que agem por instinto, são em geral condicionadas pelo sistema a crer naquilo que lhes é palpável. A operação de reconhecimento da verdade para esse sujeito implica na comprovação dos fatos por dados e estatísticas.

Já, no recorte:

A prova de que o príncipezinho existia é que ele era encantador, que ele ria, e que ele queria um carneiro. Quando alguém quer um carneiro, é porque existe (p.18).

A existência do pequeno príncipe para o piloto comprova-se pela perfeita combinação de valores (essenciais para ele desde a infância) com as características apresentadas pela criança, ou seja, ao confrontar sua crença, sua história, com o que lhe é apresentado pelo sujeito do fazer persuasivo, reconhece como adequada a inserção do novo e o aceita como verdade.

Há, ainda, o trecho em que aponta o processo de persuasão confirmado pelos dados científicos, tornando-os determinantes na interpretação de um fato antes encarado como mentira (parece, mas não é) e depois, tido como verdade absoluta (parece e é).

(...) elas nos darão de ombros e nos chamarão de criança! Mas se dissermos: O planeta de onde ele vinha é o asteróide B 612 ficarão inteiramente convencidas, e não amolarão com perguntas (p.18).

No recorte:

As crianças devem ser muito indulgentes com as pessoas grandes. Mas nós, que compreendemos a vida, nós não ligamos aos números (p.18).

O sujeito manipulador tenta, com seu discurso, ao considerar-se diferente, “mas nós, que compreendemos a vida...”, distanciar-se das atitudes e pré-julgamentos realizados pelas pessoas grandes. Ele crê ser superior pelo fato de não se importar com os números. Em contrapartida, quando diz:

Meu amigo nunca dava explicações. Julgava-me talvez semelhante a ele. Mas, infelizmente não sei ver carneiro através de caixa. Sou um pouco como as pessoas grandes. Acho que envelheci (p.19)

Aquilo tido como verdade (ser diferente da maioria das pessoas) passa a ser secreto (não parece, mas é) ao admitir sua incapacidade de ver o carneiro através da caixa.

Prosseguindo em nossas análises, com o intuito de retomar um modelo de produção de sentido, serão analisados, respectivamente, o desenho número I e número II feitos pelo piloto aos seis anos de idade, na tentativa de representar uma jiboia que engolia uma fera.



Figura 2 - Desenho número I



Figura 3 - Desenho número II

Ao mostrar o primeiro desenho às “pessoas grandes”, ou seja, aos adultos e perguntar se lhes fazia medo, responderam:

Por que é que um chapéu fazia medo? Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jibóia digerindo um elefante. Desenhei então o interior da jibóias, a fim de que as pessoas grandes pudessem compreender. Elas têm sempre necessidade de explicações (p.8).

Pode-se perceber uma oposição entre a percepção dos adultos e a da criança. O primeiro, vê a ilustração como um chapéu; o sentido a ele atribuído é desmetaforizado, pois, em decorrência do ambiente em que está inserido e também do seu conhecimento de mundo, tem internalizada a forma do chapéu, isto é, uma peça que pode ser feita de vários materiais com copa e abas, usado para cobrir a cabeça. Sendo esta a verdade para o destinatário-julgador, não haveria motivo para temer “Por que é que um chapéu fazia medo?” O segundo, contudo, não crê naquela interpretação e, na tentativa de persuadir o outro a desqualificar o saber adquirido anteriormente, e aceitar seu ponto de vista como verdade, faz o outro desenho

(...) a fim de que as pessoas grandes pudessem compreender. Elas têm sempre necessidade de explicações (p.8).

Para Fiorin (2004, p.16), o saber de cada um a respeito do mesmo objeto é diferente, porque é condicionado pelo ponto de vista em que cada um se coloca para apreendê-lo, estudá-lo, analisá-lo. Tendo adquirido um saber a partir de uma certa perspectiva, cada um dos sujeitos atribui a seu conhecimento a marca da certeza e confere ao do outro a qualificação de equívoco, cada um dos sujeitos considera seu saber como saber e o do outro como não saber.

O fragmento a seguir corrobora essa afirmação:

As pessoas grandes aconselharam-me deixar de lado os desenhos de jibóias abertas ou fechadas, e dedicar-me de preferência à geografia, à história, ao cálculo, à gramática. Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma esplêndida carreira de pintor (...) As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar toda hora explicando. Tive pois de escolher uma outra profissão e aprendi a pilotar aviões (...) Tive assim, no decorrer da vida, muitos contatos com gente muito séria. Vivi muito no meio das pessoas grandes. Vi-as muito de perto. Isso não melhorou, de modo algum, a minha antiga opinião (p.8).

A princípio, a aceitação do contrato imposto pelos adultos foi passiva

Tive, pois de escolher uma outra profissão e aprendi a pilotar aviões (p.8)

No entanto, o último enunciado:

(...) Isso não melhorou, de modo algum, a minha antiga opinião (p.8)

Parece reafirmar o conceito de verdade do *pequeno príncipe*.

Quando encontrava uma que me parecia um pouco lúcida, fazia com ela a experiência do meu desenho número 1, que sempre conservei comigo. Eu queria saber se ela era verdadeiramente compreensiva. Mas respondia sempre: "É um chapéu". Então eu não lhe falava nem de jibóias, nem de florestas virgens, nem de estrelas. Punha-me ao seu alcance. Falava-lhe de bridge, de golfe, de política, de gravatas. E a pessoa grande ficava encantada de conhecer um homem tão razoável (p.8).

No recorte acima, mostra-se um sujeito crédulo no fato de somente as pessoas verdadeiramente compreensivas serem capazes de interpretar da mesma forma que ele (uma jibóia digerindo um elefante) o desenho número 1, mas, demonstra, no entanto, ao longo dos anos, desenvolver habilidades que o

ajudaram a intermediar o “conflito” entre os dois mundos (da criança versus das pessoas grandes).

Nessa direção, afirmamos com Batistote (2012, p.45) que as possíveis interpretações fundadas nas escolhas realizadas pelo sujeito da enunciação, revelam os valores deste último.

Notas finais

A obra *O Pequeno Príncipe*, de Exupéry, ao retratar a justaposição de duas coisas, isto é, um mundo real projetado num mundo imaginário, apresenta um discurso recheado de figuras que tornam a mensagem mais perceptível, criando o que Greimas denominou simulacro, termo relacionado às instâncias do enunciado e da enunciação. O autor define enunciado como o que é dito ou escrito, enfim, o que é comunicado. Durante a colocação em discurso, as figuras são projetadas na enunciação, sendo assumidas como reais pelo enunciador (emissor) e enunciatário (receptor).

Como fio condutor da análise, foi selecionado o universo imaginário do sujeito do discurso construído no/pelo texto. A partir do percurso gerativo de sentido, entende-se a descrição do percurso narrativo do sujeito que se transforma ao longo do tempo. As mudanças, resultado dos vários papéis actanciais assumidos pelo sujeito, o levam a questionar seus valores iniciais.

Ao analisar, no segundo capítulo, a capacidade ou não do sujeito em desenhar um carneiro que atendesse as expectativas do destinador manipulador, ou ainda, enxergar o animal dentro da caixa, destaca-se o sentido construído a partir das oposições, da modalização do enunciado de estado por um outro enunciado. O mesmo constata-se nas diferentes percepções registradas com relação ao desenho número I e número II que tentavam representar uma jiboia que engolia uma fera.

O encontro com o rei marca as diferenças entre as ações do manipulador e do manipulado e das ações do sujeito sobre o outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa.

A transformação de um estado de crença em outro de verificação é enfatizado na situação em que o astrônomo turco, ao demonstrar sua descoberta num Congresso, consegue convencer o público, mediante a troca das roupas que usava, confirmando que a crença está associada ao “padrão” adotado pela sociedade.

São as marcas deixadas pela enunciação, sempre pressuposta, que nos permitem recuperar o sentido do enunciado, e, assim, podemos concluir que os efeitos de sentido jamais exteriores ou apriorísticos à realidade construída textualmente, acabam por consolidar dois princípios semióticos: o de que qualquer referente é sempre dado pelas relações de sentido internas ao texto e o de que mundos são construídos pela linguagem, como subjaz à análise esboçada.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria Semiótica do Texto**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Teoria do Discurso: fundamentos semióticos**. 3.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BATISTOTE, Maria Luceli Faria. **Semiótica francesa: busca de sentido em narrativas míticas**. Campo grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

EXUPÉRY, Antoine Saint. **O Pequeno Príncipe**; com aquarelas do autor; tradução de Dom Marcos Barbosa. 44.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÈS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo, Cultrix, 1979.